

# Poder Legislativo

## Decreto



Decreto Legislativo nº 1276 de 01 de novembro de 2007.

Dispõe sobre APROVAÇÃO das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Rondonópolis, relativo ao exercício financeiro de 2006, gerido do Prefeito Municipal Sr. Adilton Domingos Sachetti, e dos cinco prefeitos.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

FAT SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, DECRETOU E LÁ PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Em cumprimento às normas constitucionais, na forma do disposto no Art. 31, da Constituição Federal, combinando com os dispositivos da Constituição Estadual e Art. 28 da Lei Orgânica deste Município, fica APROVADA a prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MS, relativo ao exercício financeiro de 2006, gerido Prefeito Municipal Sr. Adilton Domingos Sachetti.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Rondonópolis (MT), 01 de novembro de 2007, 97º da Fundação e 50º da Independência do Brasil (1957).

Ver. *Amândio Martins da Silva Filho*

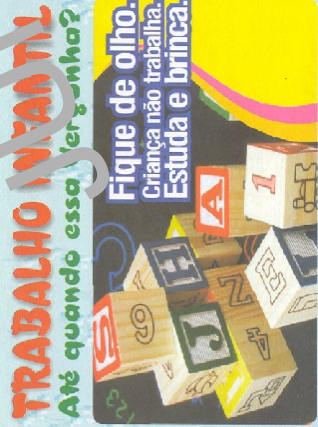
1º PRESIDENTE -

Ver. *Adilton Domingos Sachetti*

1º SECRETÁRIO

ED. Nº 537º - C. P. Municipal de Rondonópolis - MT  
Análise jurídica: \_\_\_\_\_  
Publicado no DO de 08/11/07

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes



# Diário Oficial

## Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VIII - Nº 1632 - Quinta-feira, 08 de Novembro de 2007

# Poder Executivo

## Decreto

DECRETO Nº 4.789, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre regulamentar o art. 6º da Lei nº 5.098 de 02/03/2007, que versa sobre o REGIMENTO INTERNO do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO no uso de suas atribuições legais...

### DECRETO

Art. 1º. Conforme disposto no art. 6º da Lei nº 5.098 de 02/03/2007, fica instituído o REGIMENTO INTERNO do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA, integrante do Sistema Estadual do Meio Ambiente, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Prefeito Municipal, as diretrizes políticas governamentais, para o desenvolvimento urbano e meio ambiente e, deliberar no âmbito de sua competência sobre os recursos em processos administrativos, normas e padrões compatíveis e relativos com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e, essencial à sadia qualidade de vida.

§1º O Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA é instituído por:

I. Diretoria, composta pelo Presidente, o Vice-presidente e a Secretária Executiva;

II. Plenário;

III. Comissões Especiais Técnicas.

§2º A Secretária Executiva será nomeada prioritariamente pela Prefeitura Municipal e, as Comissões Especiais e Técnicas serão estabelecidas por resolução da plenária.

### SEÇÃO I

#### DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 2º São atribuições dos conselheiros:

I. Discutir e votar todas as matérias submetidas ao Conselho;  
II. Apresentar propostas, propostas de resoluções;  
III. Colaborar com a Presidência e Secretária Executiva no cumprimento de suas atribuições;  
IV. Participar de processos e documentos que estejam sob a análise do Conselho, em qualquer fase;  
V. Requerer, na forma deste a convocação de reunião extraordinária para apreciação de assunto de assunto relevante;  
VI. Propor a inclusão de matéria na ordem do dia e requerer, de forma justificada, a discussão prioritária de assunto constante dela;  
VII. Propor a criação e integrar Comissões Especiais e Comissões Técnicas.

### Expediente

PREFEITO MUNICIPAL	Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito	Manoel Machado
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social	Rosemar Lindo Sachetti
Secretaria Municipal de Saúde	Adilton Domingos Sachetti
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária	Adilton Domingos Sachetti
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Adilton Domingos Sachetti
Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer	Rubson Pereira Guimarães
Secretaria Municipal de Finanças	Cláudio Gonçalves Vicentini
Secretaria Municipal de Governo	Genil Sergio Alves do Amaral
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Adilton Domingos Sachetti
Secretaria Municipal de Planejamento	Hussain Nabin Daud
Secretaria Municipal de Recreação	Edenício Avelino Santos
Secretaria Municipal de Saúde	Fábio Roberto Ribeiro Santos
Secretaria Municipal de Segurança	Adilton Domingos Sachetti
Procurador Geral do Município	Adilton Domingos Sachetti
CODER Cria Desenvolvimento Rondonópolis	Adilton Domingos Sachetti
Diário Oficial do Município	Luiz Antônio da Silveira Abreu
MEVIG	Josemar Ramiro e Silva
SESAÚDE	Manoel Machado
ServSaúde	Reginaldo de Souza Santos

VIII. Propor votação nominal;  
IX. Solicitar registro em ata de seu ponto de vista;  
X. Propor contrito a secretários para acrescentar subsídios aos assuntos de competência do CONSEMA.

### SEÇÃO II

#### DO MANDATO DOS CONSELHEIROS

Art. 3º O mandato dos Conselheiros do CONSEMA, exceto o do Secretário de Meio Ambiente, ou outro(a) que vier a substituí-lo, será de 02 (dois) anos, sendo admitida uma única recondução consecutiva como titular.

Art. 4º O Conselheiro titular, mantida sua falta em 03 (três) reuniões consecutivas ou em 04 (quatro) reuniões alternadas no mesmo ano.

Parágrafo Único - A Secretária Executiva informará as Entidades ou Órgãos do risco e perda de mandato dos Conselheiros do CONSEMA, caso ocorram as seguintes situações: representativa, 03 (três) reuniões consecutivas ou em 04 (quatro) reuniões alternadas no mesmo ano.

Art. 5º Será o assento no CONSEMA as Entidades ou Órgãos, que após a substituição de seu Conselheiro titular pelo suplente, este por motivo de falta vier a infringir o disposto no artigo 4º deste Decreto.

### SEÇÃO III

#### O PROCESSO DE RENOVACÃO DO CONSEMA

Art. 6º O prazo de renovação do CONSEMA será de 12 (doze) meses, antes do término do mandato dos conselheiros, a Secretária Executiva do CONSEMA solicitará, através do Conselho de Executivos do Município, a indicação dos representantes dos órgãos governamentais participantes no processo de renovação do CONSEMA, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação do presente decreto, para o recebimento dessas indicações.

Art. 7º A Secretária Executiva atualizará o cadastro das referidas entidades no prazo de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato dos conselheiros.

§2º Transcorrido o prazo do parágrafo anterior, será solicitada a indicação dos representantes, titulares e suplentes, dos referidos segmentos.

§3º A Secretária Executiva encaminhará ao Gabinete do Prefeito a lista dos representantes eleitos e indicados para a constituição do CONSEMA no mandato subsequente, para nomeação dos titulares e suplentes, mediante decreto a ser publicado 15 (quinze) dias antes término dos mandatos em vigor.

Art. 7º Os Conselheiros e a Secretária Executiva do CONSEMA tomarão posse em reunião, através de termo apropriado.

### DIORONDON

Filado: ABIO Associação Brasileira de Ind. - pensas Oficiais  
Impressão: Diálogo Comunicação e Marketing  
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias 526  
Vila Aurora - fone (66) 411-5285  
CEP 78.705-100 - Rondonópolis - MT  
Órgão criado pela Lei 3.368 de 7 de dezembro de 2004  
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo  
Diário Oficial: Luiz Antônio da Silveira Abreu  
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br  
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon		
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	5mg (incluindo a entrega)
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65	
Assinatura Semestral	R\$ 50,00	por entrega feita à mão
Assinatura Anual	R\$ 1,20	



**CAPÍTULO IV**  
**Do Processo de Indicação dos Membros do Comitê do Programa Bolsa Família**

**Art. 4º** - Somente poderão compor o Comitê Municipal os membros que foram legítima e formalmente indicados por seus respectivos órgãos, entidades e instituições, públicas e privadas.

**Art. 5º** - A nomeação dos membros do Comitê Municipal, titulares e suplentes dar-se-á mediante ato do Poder Executivo Municipal.

**Parágrafo único** - A indicação dos representantes da Administração Municipal deverá dar cumprimento à exigência de interseccionalidade, assegurando que existam representantes efetivos das áreas de Assistência Social, da Saúde, da Educação, da Segurança Alimentar e da Criança e do Adolescente, quando existentes, sem prejuízo de outras áreas que o município julgar conveniente.

**Art. 6º** - A escolha das instituições que deverão exercer a representação da sociedade civil, no Comitê Municipal, poderá ser realizada mediante consulta pública aos seguintes setores, entre outros:

- I - movimento sindical, de trabalhadores e patronal, urbano e rural;
- II - associações de classe profissionais e empresariais;
- III - instituições religiosas, de diferentes expressões de fé;
- IV - movimentos populares, organizações sociais, associações comunitárias e organizações não governamentais; e
- V - representantes de populações tradicionais (indígenas e quilombolas).

**§ 1º** - Poderão ser membros do Comitê Municipal, além dos representantes das instituições mencionadas no caput do artigo 3º:

- I - beneficiários do PBF; e
- II - representantes dos conselhos municipais já existentes, preferencialmente que atuem nas áreas indicadas no parágrafo único do artigo 5º.

**§ 2º** - Os representantes da sociedade civil deverão ser indicados em ato nominado em relação ao Governo Municipal.

**§ 3º** - Incumbem às entidades, através de seu representante legal, indicar os membros do Comitê Municipal indicados em ato formal, os nomeados e suplentes.

**Art. 7º** - A indicação dos representantes governamentais e não governamentais que deverão compor o Comitê Municipal deverá ser registrada em ata e encaminhada ao gestor municipal do PBF para publicação no Diário Oficial, ou em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 dias após a reunião em que foram empossados os representantes.

**Art. 8º** - Em caso de questionamento da legitimidade do processo de escolha dos membros do Comitê Municipal, seja de representantes da Administração Pública ou da sociedade civil, poderá ser encaminhado recurso à Instância de Controle Social Estadual, para acompanhamento, e a SEMARC, para análise e adoção das providências cabíveis.

**CAPÍTULO V**  
**Da Estrutura e Funcionamento do Comitê do Programa Bolsa Família**

**Art. 9º** - O Comitê Municipal funcionará com a seguinte estrutura:

- I - Presidência;
- II - Colegiado do Comitê Municipal; e
- III - Secretaria Executiva.

**§ 1º** - As deliberações do Colegiado do Comitê Municipal serão tomadas pelo voto da maioria simples de seus membros.

**§ 2º** - Cada membro titular terá direito a apenas 01 (um) voto que deverá ser pessoal e intransfervel.

**§ 3º** - Os membros suplentes do Comitê Municipal terão direito a voz em todas as reuniões, e poderão votar apenas na ausência do membro titular.

**§ 4º** - O Comitê Municipal poderá instituir câmaras técnicas permanentes ou grupos de trabalho, de caráter temporário, para estudar e propor medidas específicas.

**§ 5º** - Poderão ser convidadas a participar das reuniões do Comitê Municipal, sem direito a voto, titulares de outros órgãos ou entidades públicas, bem como pessoas que representem a sociedade civil, sempre que da pauta constarem assuntos de sua área de atuação.

**Art. 10º** - O Comitê Municipal realizará reuniões ordinárias pelo menos 01 (uma) vez a cada mês, preferencialmente na primeira quinta-feira útil do mês, e extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou por um terço de seus membros.

**§ 1º** - Para a sua convocação é imprescindível a apresentação de comunicação ao Secretário Executivo do Comitê Municipal, acompanhada de justificativa.

**§ 2º** - O quorum exigido para a realização de reunião do Comitê Municipal, em primeira chamada é de no mínimo metade mais um de seus membros, e em segunda chamada, após 30 (trinta) minutos, com qualquer número e com poder de deliberação.

**Art. 11º** - Caso a reunião ordinária não seja convocada pelo Presidente do Comitê Municipal, qualquer pessoa poderá convocar a reunião, desde que transcorridas 15 (quinze) dias do prazo previsto no artigo 10º.

**Art. 12º** - As reuniões extraordinárias do Comitê Municipal serão realizadas em dia, hora e local marcados com antecedência mínima de 2 (duas) dias.

**Art. 13º** - O Presidente do Comitê Municipal deverá receber, com antecedência de 7 (sete) dias, as atas e convocação da reunião ordinária, a pauta, local e, em anexo, a documentação relativa às matérias a serem tratadas na reunião.

**SEÇÃO I**  
**Da Presidência**

**Art. 14º** - A Presidência do Comitê do Programa Bolsa Família de Rondonópolis/MT será exercida por um de seus membros, eleito por maioria simples de votos dos integrantes do Comitê Municipal, para mandato de 02 (dois) anos, não renovável para o período subsequente, obedecida a alternância entre as representações do governo e da sociedade civil.

**§ 1º** - Em sua ausência ou impedimento eventual, o Presidente do Comitê Municipal será substituído automaticamente pelo Vice-Presidente, escolhido pelo Comitê, quando da eleição do presidente.

**§ 2º** - No caso de vacância da Presidência, o Vice-Presidente assumirá o cargo até completar o mandato do Comitê Municipal.

**§ 3º** - Ocorrerá a vacância quando:

- I - O Presidente abster-se formalmente; ou
- II - O Presidente se ausentar, sem justificativa, por duas sessões ordinárias consecutivas.

**§ 4º** - Cederá ao Presidente do Comitê Municipal:

- I - presidir as reuniões, determinar sua pauta e orientar as discussões;
- II - emitir voto de qualidade, resolvendo as deliberações nos casos de empate;
- III - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;
- IV - requisitar as informações necessárias ao acompanhamento, monitoramento, fiscalização e avaliação da execução do PBF no seu município, a qualquer tempo e a seu critério;
- V - fazer interlocução com o gestor municipal e demais instâncias/instituições relacionadas à gestão do PBF;
- VI - elaborar e encaminhar à SEMARC documento semestral com informações sobre o acompanhamento do PBF no município e sobre o acompanhamento do PBF no Rondonópolis;
- VII - cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

**Art. 27** Serão concedidos os seguintes prazos para debates:

- I. Ao relator, até 15 (quinze) minutos para a leitura de seu relatório e voto;
- II. Aos demais conselheiros, até 03 (três) minutos para cada inscrito.

**Art. 28** Será facultada a apresentação de emendas e substitutivos durante a discussão.

**§ 1º** As emendas e substitutivos serão apresentados por escrito, referindo-se especificamente ao assunto em discussão.

**§ 2º** Poderão ser destacadas emendas para a constituição de nova proposição quando a Presidência ou o Conselho julgarem pertinente, ou mediante solicitação de um conselheiro.

**Art. 29** Não havendo mais ordens, a Presidência do Conselho encerrará a discussão da matéria e procederá a votação.

**SEÇÃO IX**  
**DA VOTAÇÃO**

**Art. 30** As deliberações do CONSEMA serão tomadas pela maioria simples dos Conselheiros presentes.

**Art. 31** Os processos de votação serão os seguintes:

**I.** Simbólico, em que a Presidência solicitará que os conselheiros "a favor" permaneçam como estão, e discordantes ou abstenções que se manifestem e, em seguida, proclamará o resultado da votação;

**II.** Nominal, em que os conselheiros serão chamados a votar pela Presidência, anotando o Secretário as respostas e passando a lista à Presidência, para a proclamação do resultado.

**Art. 32** Na votação simbólica ou nominal será lido ao conselho retilhar seu voto, antes do proclamado o resultado da votação.

**Art. 33** As declarações de votos não poderão ultrapassar o prazo de 01 (um) minuto e deverão ser enviadas à mesa por escrito, até o final da reunião, para efeito de registro.

**Art. 34** Poderá o conselheiro pedir a palavra para o encerramento da votação pelo prazo de 01 (um) minuto, inadmítidos os apêres.

**Art. 35** O substitutivo terá preferência na votação e, em caso de rejeição, será votada a proposição original.

**Art. 36** Nenhuma emenda poderá ser apresentada depois de iniciada a votação.

**Art. 37** As votações de emendas seguirão a seguinte ordem:

- I. Emendas supressivas;
- II. Emendas substitutivas;
- III. Emendas aditivas;

**Art. 38** Vencido o relator em seu voto, a Presidência designará um de seus membros para relatar a discussão da emenda, a qual será votada após a qual a votação da emenda deverá ser submetida ao plenário na reunião seguinte.

**Art. 39** As atas das reuniões do CONSEMA deverão constar o resumo das atas de reuniões, mas também do processo de elaboração e aprovação das atas, assinadas pela Presidência e pelo relator.

**SEÇÃO X**  
**DA ANÁLISE DE PROPOSTAS**

**Art. 40** O CONSEMA poderá criar Comissões Técnicas e Comissões Especiais para auxiliar no crame dos projetos e atos submetidos.

**§ 1º** As Comissões Técnicas terão caráter permanente e serão constituídas mediante deliberação da maioria simples dos conselheiros presentes;

**§ 2º** As Comissões Técnicas e Especiais poderão convidar técnicos especializados para oferecer subsídios e assessoria, desde que acatados pela maioria de seus membros, devendo este não serem previamente consultados a Secretaria Executiva.

**§ 3º** No assessoramento a essas Comissões, as Universidades, os Institutos de Pesquisa, os Órgãos Públicos e as Organizações Não Governamentais sem fins lucrativos e de cunho técnico profissional terão preferência às organizações privadas.

**§ 4º** As Comissões Técnicas terão prazo definido para realizar o seu trabalho, sendo eleito um Coordenador entre seus membros e designado um relator para cada processo específico.

**SEÇÃO XII**  
**DOS PARECERES**

**Art. 41** Os pareceres do CONSEMA constarão de duas partes fundamentais:

- I. Análise global;
- II. Parecer conclusivo, proposto aprovação e rejeição do projeto e quando for o caso, oferecendo-lhe substitutivo ou emendas.

**Art. 42** Os pareceres serão aprovados pela maioria simples dos conselheiros

**Art. 43** Os substitutivos ou emendas à matéria em pauta só serão objeto de discussão se forem apresentados por escrito pelo conselheiro à Secretaria Executiva.

**SEÇÃO XII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 44** Qualquer cidadão poderá obter informações de interesse público ambiental mediante requerimento à Secretaria Executiva do CONSEMA.

**Art. 45** As proposições, resoluções e demais decisões do CONSEMA serão divulgadas apenas pela Presidência e na sua ausência, pelo substituto legal ou pela decisão do plenário, através do Diário Oficial do Município de Rondonópolis e, se conveniente através de outros órgãos de comunicação.

**Art. 46** Em caso de dúvida a respeito da interpretação ou aplicação do presente Regulamento, o conselheiro poderá suscitá-la questão de ordem no prazo de 03 (três) minutos, veados os apêres.

**Parágrafo único** - Compete à Presidência ou ao Conselho decidir sobre a pertinência da questão de ordem.

**Art. 47** As decisões sobre a interpretação do presente Regulamento, bem como sobre os casos omissos, serão registradas em ata e anotadas em livro próprio, passando a constituir precedentes que deverão ser observados.

**Art. 48** As propostas de alterações parciais ou totais deste Regulamento somente serão precedidas se aprovadas por dois terços dos membros titulares em livro do Conselho, que deverá ser publicada no Diário Oficial do Município.

**Parágrafo único** - As propostas de alteração deverão ser assinadas por, no mínimo 03 (três) conselheiros e serão encaminhadas ao Conselho para aprovação.

**Art. 49** Os cargos ou funções que dependem do seu mandato ou assento no CONSEMA não serão exercidos para efeito de estabelecimento do regime de férias.

**Art. 50** As propostas de alteração de mandato, e não havendo preenchimento da vaga, a Secretaria Executiva enviará uma notificação às entidades ou órgãos representantes cadastradas junto à Secretaria Executiva pertencentes ao mesmo segmento da Entidade ou Órgão Excluído, dando prazo de 30 (trinta) dias para a realização de uma eleição (se lida) de um novo Conselheiro Titular e um Suplente, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias.

**Art. 51** As propostas, emproposições, serão dimitidas através de voto, mediante deliberação do Conselho do Poder Executivo.

**Art. 52** O Presidente do Conselho, ouvido a Presidência, poderá solicitar ao Poder Executivo a adequação permanente de servidores públicos municipais.

**Art. 53** O exercício das funções de membro do CONSEMA será gratuito e considerado como prestação de relevantes serviços ao Município.

**Art. 54** As despesas com a execução do presente Decreto correrão pelas verbas próprias do orçamento em vigor.

**Art. 55** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 06 de novembro de 2007, 92º da Fundação e 53º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria e publicado no DIORONDON.

**GENIVALDO ALVES DO AMARAL**  
Secretário Municipal de Governo



# Portaria

PORTARIA Nº 9.267, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre exoneração, a pedido, a Sra. JULIANA GONÇALVES DE SOUZA FRANÇA, aprovada em Concurso Público, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

## RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a Sra. JULIANA GONÇALVES DE SOUZA FRANÇA, aprovada em Concurso Público, ocupando o cargo de Auxiliar de Serviços Diversos - Região Urbana, nomeada através da Portaria nº 9.143, de 08 de agosto de 2007 / Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/11/2007.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 05 de novembro de 2007, 92º da Fundação e 53ª da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON

GASTÃO DE MATOS  
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 9.268, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2007.

Dispõe sobre concessão ao Senhor JORGE LUI OMAR MACHADO, LICENCIADO em Serviço Público Municipal, para trabalhar no setor de...

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao Senhor JORGE LUI OMAR MACHADO, Licenciado em Serviço Público Municipal, para trabalhar no setor de...

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 05 de novembro de 2007, 92º da Fundação e 53ª da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON

GASTÃO DE MATOS  
Secretário Municipal de Administração

# Processo Administrativo

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCRIMINAR  
Portaria nº 9.267, de 05 de Novembro de 2007

DECISÃO FINAL NO PROCESSO ADMINISTRATIVO  
INSTAURADA PELA PORTARIA 9.074/2007.

O Procurador-Geral do Município e a Sra. Condendadora Executiva do PROCON, utilizando-se das prerrogativas que lhes são inerentes, aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2007 (dois mil e sete), na sede da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO do Município, após análise de todo o processo, que constatou a obediência aos princípios da ampla defesa e contraditório decide acatar em sua totalidade o relatório e conclusão da Comissão Processante, a qual fica fazendo parte integrante desta decisão, e por isso aplicam à Sra. LUZIMAR LETE MINEIRO, no forma do art. 142, II e 143 da Lei nº 1.752/90, o prazo de SUSPENSÃO, por 30 dias, com prejuízo de sua remuneração.

Assim, determinamos a notificação da Processada e de qualquer de seus patronos da presente decisão, bem como, determinamos a renúncia dos autos ao Departamento de Recursos Humanos para anotações necessárias.

Publique-se!

Registre-se!

Inclua-se!

Cumprido-se!

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Procurador-Geral do Município

ANA INÊZ GARCIA FERREIRA  
Coordenadora Executiva do PROCON

# Comunicado

CODER  
Conselho de Desenvolvimento de Rondonópolis

## COMUNICADO

O Conselho de Administração do CODER - Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis, no uso de suas atribuições, em especial as previstas no Art. 152 inciso II da Lei 6.424, resolve comunicar aos senhores associados do CODER - Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis, inscritos no Livro de Registro de Associações, sob o nº 001, situado na Avenida Dr. Paulo de Oliveira, 1411 - Bairro Casarão, nesta cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, às 09:00hmin de 08 de Novembro de 2007, para comparecerem às reuniões sobre as seguintes Pautas:

- 1) Base Patronal;
- 2) Outros assuntos de interesse da Companhia.

Rondonópolis - MT, 06 de novembro de 2007.

Presidente do Conselho de Administração.

Ministro do Conselho de Administração.

Membro do Conselho de Administração.

# Regimento Interno

COMITÊ DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Rondonópolis - Mato Grosso

## Regimento Interno

### CAPÍTULO I

#### Da Denominação

Art. 1º - Este Regimento Interno estabelece, de acordo com o Decreto Municipal nº 9.102 de 2007, e com o disposto nos arts. 8º e 9º da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; nos arts. 1º, 14, inciso VI; 15, inciso VI; e na Seção II do Capítulo III, todos do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004; e no art. 4º da Instrução Normativa SENAMEC nº 01, de 20 de maio de 2005, as normas de organização e funcionamento do COMITÊ DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS/MT.

### CAPÍTULO II

#### Das Objetivos e Atribuições do Comitê

Art. 2º - O Comitê do Programa Bolsa Família tem como objetivos:

- I - Exercer o acompanhamento da gestão local do Programa Bolsa Família - PBF;
- II - Estimular e zelar pela participação social no âmbito do Programa Bolsa Família - PBF; e
- III - Fiscalizar e avaliar a execução local do Programa Bolsa Família - PBF.

§ 1º - A fim de realizar seus objetivos, caberá ao Comitê Municipal, em detrimento de outras atribuições, as seguintes atividades:

- I - No que se refere ao Cadastro Único:
  - a) Contribuir para a construção e manutenção de cada um dos domicílios que reflita a realidade socioeconômica do município, e que reflita a realidade dos dados e a qualidade no acesso aos serviços de saúde, educação, saneamento e para as pessoas com menor renda;
  - b) Identificar os pontos de vulnerabilidade da população tradicional e em situações de extrema pobreza, assim como propor ao poder-público municipal sua destinação;
  - c) Conhecer os dados cadastrais dos beneficiários do Programa Bolsa Família, periodicamente atualizados, sem prejuízo das informações relativas ao uso da informação;
  - d) Zelar pelo sigilo das informações pessoais contidas no Cadastro Único.
- II - No que se refere à Gestão dos Benefícios:
  - a) Avaliar, periodicamente, a relação de beneficiários do Programa Bolsa Família;
  - b) Solicitar, mediante justificativa, ao gestor municipal, o bloqueio ou o cancelamento de benefícios referentes às famílias dos beneficiários que não atendam aos critérios de elegibilidade do Programa;
  - c) Acompanhar os atos de gestão de benefícios do Programa Bolsa Família e das programações remanescentes realizados pelo gestor municipal.
- III - No que se refere ao Acompanhamento das Condicionalidades:
  - a) Acompanhar a oferta por parte dos governos locais dos serviços públicos necessários para o cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiárias;
  - b) Articular-se com os conselhos setoriais existentes no município para a garantia da oferta dos serviços para o cumprimento das condicionalidades;
  - c) Conhecer a lista dos beneficiários que não cumpriram as condicionalidades, periodicamente atualizada, sem prejuízo das implicações ético-legais relativas ao uso da informação;
  - d) Acompanhar e analisar o resultado e as repercussões do acompanhamento do cumprimento de condicionalidades no município; e
  - e) Contribuir para o aperfeiçoamento da rede de proteção social, estimulando o Poder Público a acompanhar as famílias com dificuldades no cumprimento das condicionalidades.
- IV - No que se refere aos Programas Complementares, acompanhar e estimular a integração e a oferta de políticas públicas que favoreçam a emancipação das

famílias beneficiárias do PBF, em especial das famílias em situação de descumprimento das condicionalidades, e que sejam articuladas entre os conselhos setoriais existentes no município, os entes federados e a sociedade civil.

V - No que se refere à Fiscalização, Monitoramento e Avaliação do Programa Bolsa Família:

a) Acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização e o monitoramento da gestão do Programa e dos seguintes processos:

1. de cadastramento;
2. de seleção dos beneficiários;
3. de concessão e manutenção dos benefícios;
4. da oferta de serviços necessários para o cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiárias do Programa;
5. de cumprimento das condicionalidades pelas famílias beneficiárias;
6. de articulação de ações complementares para os beneficiários de Programa.

b) Exercer o controle social articulado com os fluxos, procedimentos, instrumentos e metodologias de fiscalização dos órgãos de controle estaduais;

c) Comunicar às instituições integrantes da Rede Pública de Fiscalização do Programa Bolsa Família (Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União) e à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a existência de eventual irregularidade que se reflete à gestão e execução local do Programa Bolsa Família;

d) Contribuir para a realização de avaliações e diagnósticos que permitam aferir a eficácia, eficiência e eficiência do Programa Bolsa Família.

VI - No que se refere à participação social:

- a) Estimular a participação comunitária no acompanhamento da execução do PBF, e seu respectivo âmbito administrativo; e
- b) Contribuir para a disseminação e disseminação de estratégias de informação à sociedade sobre o Programa.

VII - No que se refere à Capacitação:

- a) Identificar as necessidades de capacitação de seus membros;
- b) Avaliar as necessidades de capacitação de seus membros;
- c) Propor e executar a capacitação de seus membros;
- d) Zelar pelo sigilo das informações pessoais contidas no Cadastro Único.

§ 2º - A modificação das competências impostas ao Comitê Municipal, mesmo quando decorrente de deliberação do próprio Comitê, estará condicionada às prescrições das normas que disciplinam o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único.

### CAPÍTULO III

#### Da Composição do Comitê do Programa Bolsa Família

Art. 3º - O Comitê do Programa Bolsa Família será formado por representantes do poder público local e representantes da sociedade civil, de forma paritária, com caráter consultivo, conforme abaixo:

- I - Representante da associação dos diretores estaduais;
- II - Representante da associação dos diretores municipais;
- III - Representante do Conselho Municipal de Assistência Social - CMS;
- IV - Representante do Comitê Contra Fome;
- V - Representante da Caritas Diocesana de Rondonópolis;
- VI - Representante do SIMPEP;
- VII - Representante do Poder Judiciário;
- VIII - Representante da Câmara Municipal;
- IX - Representante da Secretaria Municipal de Educação;
- X - Representante da Secretaria Municipal de Saúde; e
- XI - Representante da Secretaria de Promoção e Assistência Social.

Parágrafo Único - Cada representante terá um suplente, ambos com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.